

MULHERES NEGRAS EM LUTA E AFIRMANDO VIDAS NEGRAS

Dayana Christina R. de S. Julian¹

Introdução

Este trabalho se propõe destacar as formas de resistências, lutas e ações políticas de mulheres negras contra o racismo estrutural, destacando suas narrativas contra o extermínio da juventude negra brasileira. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental que visa demonstrar a relação dialética entre a formação sociorracial do Brasil e as ações de resistências de mulheres negras a favor de vidas negras. O Estado é apresentado e entendido como o principal propagador de violações de direitos e violência racial, através da execução da necropolítica no contexto neoliberal. A urgência da convocação antirracista para o Serviço social brasileiro na atual conjuntura, enquanto categoria intelectual e profissional, é provocada neste estudo.

A reflexão produzida aqui é fruto da dissertação de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida no ano de 2021. O referido trabalho foi desenvolvido a partir de três fontes de experiências que de forma mútua permitem a relação contínua entre reflexão e ação, estamos nos referindo aos âmbitos de atuação acadêmica, profissional e ativista. Temos a inclinação e disposição de conferir a esta produção a ferramenta epistemológica e metodológica denominada por Conceição Evaristo (2007) como *escrevivência*, postulando conceituações de forma contra colonial, pretendemos desenvolver aqui um estudo que confronte as relações de poder sociais, raciais, políticas, éticas, civis e estéticas violentamente instituídas no Brasil.

As elaborações apresentadas foram e são estabelecidas como partes de um processo contínuo e dialético de cunho ativista e profissional, associado ao interesse sobre o Serviço Social e as relações étnico-raciais no Brasil, atravessado pela motivação devida à formação política forjada no seio dos movimentos e ativismos sociais de mulheres negras, e é desse entrelaçar de experiências que surgem e se intensificam as inquietações que culminam na produção do estudo que aqui apresentamos, também é imprescindível apontar que não temos a pretensão de esgotar as possibilidades dos temas aqui trabalhados, mas se alinhar as mulheres negras nas lutas antirracistas e pela vida da população negra brasileira.

Acreditamos que a relevância deste estudo está ligada à promoção da visibilidade das lutas sociais protagonizadas por mulheres negras, e de forma particular na urgência contemporânea do comprometimento do Serviço Social brasileiro enquanto categoria face às leituras e proposições antirracistas nos diversos espaços de formação e de intervenção profissional, coadunando com o escopo do projeto ético político vigente.

¹ Assistente Social graduada pela ESS/ UFF 2008; Especialista em Políticas sociais e Intersetorialidade pelo IFF/Fiocruz 2018; Mestra em Serviço Social pelo PPGSS/ UFRJ 2021; e Doutoranda em Serviço Social PPGSS/ UFRJ.

Neste estudo, optamos por uma postura teórico crítica. Isso significa que defendemos um posicionamento crítico em relação à produção e reprodução das condições sociais racistas, capitalistas e sexistas. A interseccionalidade, aplicada enquanto ferramenta analítica na perspectiva da totalidade nos oportuniza essa compreensão do fenômeno histórico social da violência racial, sendo a ênfase aqui destinada ao extermínio da juventude negra brasileira.

É importante registrar, desde já, que privilegiamos a ação política pela vida e pelo bem viver, as variadas proposições erguidas e direcionadas por mulheres negras e para propiciar corpo, tom e movimento a esta produção nos favoreceremos de narrativas trazidas pelas mesmas, que compreendemos como narrativas políticas, como veremos com maior atenção no decorrer deste trabalho.

Maldonado-Torres (2018) faz uma menção importante que será assumida ao longo deste trabalho: “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2018, p.36).

Em relação aos procedimentos metodológicos, ressaltamos que a abordagem sobre o extermínio da juventude negra que estabelecemos neste estudo não está voltada para a designação conceitual única ou final de tal fenômeno, mas sim na perseverança das estratégias políticas, éticas, culturais, morais, habituais e cotidianas de mulheres negras que congregam um tipo de luta específica: a luta por vidas negras.

Quanto ao recorte temporal deste estudo, tomaremos narrativas políticas publicizadas entre os anos de 2010-2020, porém consideramos que romper o luto e seguir em direção a luta para garantir vida é um chamado constante e imperativo para as mulheres negras, as inflexões deste trabalho terão o elemento da circularidade, componente cultural das tradições e cultura afro brasileiras.

Entendemos que essas narrativas são o mais próximo que podemos chegar da materialidade do simbólico das ações e práticas políticas das mulheres negras, as quais atribuímos às formas de insurgências ante a negação da vida da juventude negra brasileira.

Nesse sentido, seguiremos sem restrições que nos reduzam ao compromisso apenas com a contemporaneidade, ou o que podemos chamar de atualidade, respeitaremos aqui noções como memória, oralidade e ancestralidade, elementos mais amplos e complexos do que poderiam nos remeter seus significados conceituais.

Encruzilhadas negras e Serviço Social

Como trata-se da apresentação do estudo que resultou na elaboração da dissertação de mestrado vamos desenvolver esse texto, elencando de forma resumida e explanatória, as ponderações contidas nos 3 capítulos que compõem a referida proposição.

No primeiro momento, apresentamos o processo colonial racial que demarca a formação social na modernidade capitalista nos seus cunhos histórico, econômico, político e cultural do Brasil. Sustentamos que as percepções e abordagens que estão aquém do fato da representação de raça e racismo² na construção social deste país, não conseguem apreender o caráter das causas estruturais de opressões e desigualdades econômicas, culturais e

² Quijano (2007) informa o seguinte: ‘Raça’ e ‘racismo’ estão colocados, como nenhum outro elemento nas modernas relações de poder capitalista” (QUIJANO, 2007, p. 50).

políticas que atingem a população negra quando comparada ao grupo populacional conhecido e reconhecido como branco, por isso não cabe a recorrente simplificação da noção de universalidade³.

A população negra é afetada diretamente pela violência racial, que se dissolve na dinâmica do cotidiano das relações sociais neste país, onde o signo da morte se faz constante para a população negra em vários aspectos da vida societária no Estado colonial e moderno determinado no contexto neoliberal. Ressaltamos que o extermínio da juventude negra no Brasil é efetivado por um Estado genocida, e legitimado por uma sociedade totalmente perpassada pela colonialidade do poder.

Nesta realidade a mulher negra se assume como agente político nas estratégias anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, demarcando que os processos destinados ao genocídio do povo negro são pertinentes à sociabilidade imposta pelas manifestações da necropolítica, das formas contemporâneas de detrimento da vida, favorecendo o poder da morte via Estado (MBEMBE, 2018).

Na conjunção dos aspectos sinalizados, destacadamente as instituições do Estado brasileiro, principais empregadoras de assistentes sociais, desenvolvem funções que exigem a compreensão e interpretação sobre os processos que circundam raça, racismo e o genocídio da população negra, reforçando que não se trata de uma questão restrita, pontual ou limitada, mas é inerente a todas as formas de organização da vida na sociedade brasileira, exatamente onde se dá a atuação profissional na relação complexa e contínua de limites e possibilidades em diversos campos de atuação, evidenciando como esta categoria é convocada para o antirracismo.

As orientações profissionais do Serviço social brasileiro estão inseridas em uma sociedade em que o racismo e sexismo se fazem presentes em todas as instâncias, e assistentes sociais, independente das frentes de atuação, irão se deparar com um público especificamente marcado pelos condicionantes sociais da população negra. O público a que nos referimos foi destituído de posses, de sua cultura, do seio da dignidade humana para serem trazidos para o Brasil na condição de escravizados, em uma terra com invasor/ dono / senhor. Os grilhões se mantêm na colonialidade do momento presente, enquanto o povo negro resiste e ressignifica sua existência.

Diante das relações étnico raciais no Brasil devemos sinalizar que a ênfase desta produção está alocada na insurgência negra e suas formas de afrontamento às normatizações coloniais que, em suma, desde a fundação deste país, retiram os recursos para a garantia da vida da população negra, e das diversas etnias indígenas que são daqui, os povos originários, isso em um processo contínuo que anuncia o desenvolvimento da nação, a modernidade, mas que na prática se traduz em uma escala inestimável de extermínio e anulação de vidas e suas potencialidades nesta terra chamada Brasil.

É importante expressar que este estudo se propõe a perseguir a perspectiva epistêmica anticolonial e antihegemônica, sendo assim concordamos com Ochy Curiel que: “uma

³ Haider (2019) tece uma reflexão dinâmica e provocativa nesse sentido: “Uma posição universal só pode ser alcançada se levarmos a sério a avaliação da modernidade colonial. Ela é criada e recriada pelo ato de insurgência, o qual não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos, a universalidade diz que ninguém será escravizado. Ela igualmente recusa congelar os princípios num status de vítimas que necessitam reflexão de cima, insiste que a emancipação é autoemancipação.” (HAIDER, 2019, p. 148).

posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são produzidas pelas opressões e imbricadas produzem o sistema colonial moderno” (CURIEL, 2020, p. 133). Por isto, trazemos o protagonismo das mulheres negras na reafirmação da vida, desvelando o a partir de suas elaborações intelectuais. Recorremos ao resgate histórico das lutas travadas por elas. As narrativas destas mulheres negras, inseridas em diversos espaços sociais de luta e poder, demonstram a importância destes posicionamentos diante do terror e dor causados pela interrupção da vida da juventude negra, com tais narrativas reafirmamos que saber e intelectualidade não são possibilidades restritas aos espaços acadêmicos, e são potências forjadas nas arenas das lutas sociais.

Estas narrativas foram cuidadosamente escolhidas em registros publicizados em revistas acadêmicas, informes e boletins de organizações sociais, letras de músicas, obras artísticas, sites de busca, reportagens e demais meios e fontes de comunicação.

O apoio metodológico em tais narrativas é a tentativa de estabelecer uma experiência de escrita coletiva, uma escrita que parte de trajetórias individuais, porém forjadas na coletividade, compreendendo que os ciclos de alcance e proporção dessas narrativas não se dão de forma isolada, nem solitária, pois elas provocam troca, diálogo, aprendizado e estimulam a troca de saberes e vivências⁴.

O resgate das falas das mulheres demonstra que apesar de toda violência sistemática baseada na desumanização, a população negra brasileira de forma significativa atuou e atua na reorganização e resistência para a sobrevivência e manutenção das vidas do povo negro, contando com outros códigos e valores culturais e civilizatórios como Oralidade, Memória, Ancestralidade, Energia vital o Axé, e Religiosidade no sentido ampliado de espiritualidade (TRINDADE, 2009), que conduzem e dialogam com os aspectos metodológicos deste estudo. Indicadores oficiais atuais apontam que aproximadamente 56% da população brasileira é negra (IBGE, 2022), a despeito de todo o processo de genocídio do povo negro no Brasil, processo este que tem relações com o passado, mas também com as resignificações dadas pela permanência da colonialidade que tem na raça seu elemento basilar para determinações estruturais que na modernidade aniquilam povos de origem não branca /euro ocidentais.

Transcrevemos as narrativas, trazendo à luz o elo de mulheres negras pela resignificação da vida diante de um quadro de violência racista e sexista. Esse quadro de violência que se expressa nos assassinatos, mortes evitáveis, passa a ser reposicionado pro elas. Nesse sentido, o luto, a dororidade (PIEDADE, 2017), se transformam em vetor de luta, de busca pelo bem viver e rompimento com essa ordem social hierárquica.

Então, demos destaque para narrativas que nos remetem à oralidade, creditando a esse valor afro referenciado a possibilidade de simbolizar e materializar as expressões e agências de mulheres negras no protagonismo antiextermínio de jovens negros, ressaltando conhecimentos e visibilizando trajetórias e posicionamentos que são resultantes da dialética entre reconhecimento individual e coletivo inserida nas relações de poder da sociedade brasileira, a dizer, sexista, racista e classista, correlacionando pensamentos e práticas diante

⁴ Como diz Ochy Curiel (2020): “É preciso fazermos pesquisas, propostas metodológicas e pedagógicas a partir de processos coletivos, de organizações e comunidades, para fortalecermos nossos próprios quadros analíticos, permitindo-nos, assim, buscar as melhores vias para a transformação social.” (CURIEL, 2020, p. 136).

do extermínio da juventude negra brasileira. Ilustrando que essas mulheres negras e suas narrativas são diversas, mas não dispersas. Tomamos as narrativas elaboradas e publicizadas no recorte temporal da década de 2010-2020.

Escolhemos nove mulheres negras⁵ e suas respectivas narrativas, sem hierarquização ou priorização diante das várias frentes e vivências de atuação política, sejam elas de atuação profissional, acadêmica, via artística, poética, de ativismo e militância política, entre outras.

Interessa-nos as encruzilhadas, ressaltar, mais uma vez, algumas questões sobre as personagens que manifestam as narrativas apresentadas, relembramos que as nove narrativas de mulheres negras foram selecionadas para este estudo dado o reconhecimento do ativismo político das mesmas, o luto e a luta para o povo negro é feita de forma coletiva.

Apresentamos as nove mulheres, cujas expressões de insurgência antirracista permitiram tecer estas reflexões, dado o reconhecimento das mesmas e suas formas de ativismo social e político. São elas:

1. Ana Paula Oliveira, mãe de Jonathan Oliveira, morto em Manguinhos, em 2014, por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), desde então Ana Paula ingressou na luta dos movimentos de mães vitimadas pelo Estado do Rio de Janeiro e é ativista social do Coletivo “Mães de Manguinhos”. Narrativa encontrada nos registros de ato público / manifestação: “Madureira Pede o Fim do Extermínio da Juventude Negra” em 2015.
2. Carol Dall Farra, jovem estudante de geografia da UFRJ, poeta e rapper de Duque de Caxias, baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro, integra os coletivos Slam das Minas RJ e Poetas Favelados e pratica ações poéticas em espaços públicos. MC Dall Farra aborda em suas músicas e poemas temas como as discriminações de gênero e classe, transcrevemos a narrativa que é parte do poema apresentado na batalha final do “Slam das Minas”, em outubro de 2017.
3. Erica Malunguinho da Silva, educadora, artista plástica e política brasileira, em 2018, foi eleita deputada estadual, sendo a primeira mulher transexual da Assembleia Legislativa de São Paulo. Narrativa discursiva, apresentada no show “Igreja lesbiteriana” da cantora Bia Ferreira no teatro SESC em São Paulo, em setembro de 2019.
4. Fernanda Vianna, 36 anos, mãe de 3 filhos, moradora do Complexo de favelas da Maré e colaboradora do eixo de segurança da Redes da Maré. Em abril de 2018, no Jornal comunitário Maré Online, Fernanda contribui com sua narrativa descrita na matéria: “Protagonismo Feminino na Luta pelo Direito à Segurança Pública na Maré.
5. Gizele Martins, historiadora, jornalista e ativista social, sua família é de origem nordestina e a trajetória se assemelha à de muitos brasileiros que saíram do Nordeste em busca de melhores condições de vida nas cidades grandes do Sul/Sudeste. Gizele reside no complexo de favelas da Maré, sua narrativa foi elen-

⁵ O nome destas mulheres foi retirado da pesquisa de dissertação de mestrado da autora defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

cada dos agradecimentos da publicação “Auto de resistência: a omissão que mata.” de 2019.

6. Luciene Oliveira Rocha, Doutora em Ciências sociais pelo Programa de Estudos da Diáspora Africana pela Universidade do Texas e Ativista social na pela instituição Criola/RJ, a narrativa de Luciene foi elaborada no ano de 2011, em uma das produções de Criola.
7. Luedji Luna é Artista, Cantora e Compositora Baiana, filha de militantes do movimento negro de Salvador, suas músicas e apresentações denunciam o racismo e a força da resistência da cultura e da população afro brasileira, em especialmente da mulher negra. No Ano de 2017, Luedji lança o Álbum “Um corpo no mundo” e nos apresenta a Música “Cabô”, que revela as dores deixadas pela chacina do Cabula, ação da Polícia Militar da Bahia que terminou com 12 Mortes no ano de 2015. A transcrição da letra dessa música é a narrativa que destacamos da artista para este estudo.
8. Marielle Franco, Socióloga, Mareense, Vereadora eleita para a legislatura 2017-2020 na Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, Assassinada em 14 de março de 2018. Na sua dissertação do mestrado em Administração da UFF. “A redução da favela em três letras: uma análise da política pública do Estado do Rio de Janeiro” de 2014, encontramos a narrativa que contribuiu para este trabalho; e
9. Mônica Cunha, Educadora social, Mãe, Ativista defensora dos Direitos humanos e fundadora do Movimento Moleque (Movimento de Empoderamento e Articulação Política de Mães e familiares pelos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo) e integrante da Rede de mães vitimadas pelo Estado. A narrativa destacada de Mônica foi encontrada na entrevista que culminou na elaboração do livro “Negras histórias: mulheres em luta pela arte e pela vida.”, 2016.

A atenção particular às narrativas correspondentes às movimentações e aos ativismos sociais das mulheres negras no que tange ao extermínio da juventude negra brasileira, todavia, as pautas sociais a que as mulheres negras brasileiras direcionam seus esforços são diversas diante da amplitude e complexidade oriundas das desigualdades de gênero e de raça na vida societária.

E nas narrativas ainda aparecem: Intersecções críticas a chamada guerra as drogas e os vieses geracionais, de gênero, territoriais, socioculturais etc; Intervenções artísticas e poéticas de cunho pedagógico e mobilizador para as lutas e coletividades sociais; Possibilidade de interlocução profissional e posicionamento político, resguardando as técnicas e estratégias desses campos distintos e específicos, que não excluem um ao outro; Percepções sobre colonização e processos de colonialidade inseridos no processo histórico e atual.

Encerramos com uma narrativa, uma narrativa arte, uma narrativa poética, uma narrativa política, uma narrativa propositiva, uma narrativa impactante, uma narrativa que reafirma vidas, lutas e resistências negras:

Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sapiente leitura
dá-se entre falhas da linha-vida.

Apesar de ...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.

Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.

Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias.
(Conceição Evaristo, Beco da memória 2018.)

Considerações finais

Em uma contínua luta da população negra no Brasil, as mulheres negras se colocam ativas e são destaques no protagonismo em prol de vidas negras, ou seja, na luta racial através da identidade política e da organização coletiva. Ao evidenciarmos como meta a democracia, a equidade e a plena justiça social somos conduzidos a repensar na organização da sociedade no que diz respeito à divisão de bens e riquezas, na hierarquização da cultura com o viés eurocêntrico impregnado nas relações sociais do país, e nos deparamos com as estratégias adotadas para a efetivação de possibilidades de vida face às desigualdades de raça, classe e gênero.

Invocamos a interseccionalidade como chave analítica, entendendo que o uso da mesma é aplicável, válido e importante para análises e proposições a partir da não hierarquização, ou priorização dos elementos estruturais – raça, classe e gênero. Estabelecemos uma reflexão anticolonial não se limitando ao período histórico da colônia e escravização, mas fazendo referência ao incessante eixo entre passado e presente, apontando para a continuidade das formas da colonialidade do poder, ser e saber de dominação.

As relações raciais no Brasil colocam a população negra em uma condição desigual perpetuada a partir do contexto descrito até aqui como processo de genocídio. As divisões sociorraciais engendradas pela sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, mantém a dinâmica do capitalismo e nutre a dinâmica de desigualdade e opressão entre as classes, que são antes de tudo racializadas. O que acentua o quadro desfavorável no qual a população negra se encontra na sociedade brasileira. A mulher negra, dentro deste quadro, ainda convive com contextos desiguais muito peculiares.

Destacamos que os processos que envolvem o luto e a luta são distintos, particulares e subjetivos. Não se trata de uma equação onde toda mulher negra que tenha experimentado a dor do luto através das formas de genocídio e extermínio da população negra vivencie de forma automática o engajamento nas lutas sociais antirracistas organizadas e estabelecidas dos movimentos sociais. Há mulheres que sucumbem, enlouquecem, defi-

nam e morrem diante da violência racial experimentada de maneira íntima, pessoal e familiar, nosso respeito a essas mulheres.

As violências e violações de direitos permeiam o genocídio da população negra e o extermínio da juventude negra, pois dizem respeito à violência urbana gerada, também, pela falta de acesso a moradia, trabalho, educação, saúde e lazer que possibilitam melhor qualidade de vida. Há de se traçar espaços de intervenção ética, política e profissional de Assistentes sociais nesse cenário.

Não morrer fisicamente não significa estar vivo socialmente. A não letalidade do corpo negro não significa vida em plenitude na sociedade racista colonial burguesa. A luta antirracista é a busca de mudanças estruturais, é força social revolucionária, confronta a sociedade que persiste com o capitalismo, o neoliberalismo, a necropolítica e a militarização das vidas, corpos e territórios negros cotidianamente. As violências do Estado são executadas através das construções sociais coloniais modernas.

Na perspectiva da análise totalitária sobre o genocídio da população negra brasileira, de forma assertiva e crítica, temos mais uma chance de perceber como as relações sociais desiguais são fruto da aliança estrutural entre racismo e capitalismo⁶. Podemos, ainda, ir além e perceber a função estratégica e peculiar do racismo para o capitalismo tardio e dependente, como no caso brasileiro (ALMEIDA, 2014).

Precisamos realizar a leitura racial dada nas relações sociais, isso significa entender o racismo como força motriz do genocídio e do extermínio do povo negro, compreendendo suas minuciosas facetas. A partir desse reconhecimento devemos nos posicionar teórica, política, ética e metodologicamente de forma compromissada e promotora dos rumos do antirracismo.

Em suma, nossas análises dão conta de que não há possibilidade de luta antirracista no Brasil sem que esta esteja colocada no posicionamento necessariamente anticapitalista. Bem como não há efetividade na luta de classes em posicionamentos, posturas e ações políticas em favor da classe trabalhadora se não for também necessariamente pautado o combate ao racismo e suas formas de anulação da população negra.

Ressalta-se que os profissionais de Serviço Social não estão, em sua maioria, aptos a desconstruir falas e posturas que corroboram para a manutenção das desigualdades perpassadas pela questão étnico-racial, o debate das relações ético-raciais na profissão ainda é tímido (PINTO, 2003). É evidente a lacuna entre o Serviço social e as percepções face as relações e questões de raça e racismo no Brasil, tendemos a uma leitura deturpada e desfocada em relação à classe trabalhadora.

Reiteramos que este trabalho é composto pela amálgama das experiências em 3 campos convergentes: primeiro o campo acadêmico, no sentido da produção a nível de pós graduação; em segundo lugar, o campo do ativismo social, dada a formação política no

⁶Nesse sentido, contamos com a seguinte contribuição: “O racismo, o preconceito e a discriminação racial são relações sociais antagônicas à ontologia do ser social, fundante da teoria social crítica. Nesse sentido, a totalidade social da situação de discriminação racial e a violência contra a população da Diáspora Negra, com seus sujeitos concretos (crianças negras, mulheres negras, homens negros, jovens negros/as, idosos/as negros/as), deve ser compreendida a partir da contribuição teórico-crítica. O foco é dado nos processos de genocídio intrínsecos às relações sociais capitalistas nas dimensões econômicas, mas não desprivilegiando a luta de classe” (ALMEIDA, 2014, p.152).

movimento de mulheres negras; e o campo profissional, e assim buscamos garantir sentido e circularidade ao trabalho.

A construção deste trabalho dialógico e dialético é mais um esforço insistente por vida e por viver. Insistência por vidas negras. Medidas concretas se fazem necessárias, diariamente, incessantemente, continuamente, para que consigamos sair do presente abismo colonial e alcancemos uma outra realidade social, racial, política, cultural, de gênero, econômica, territorial, uma realidade com possibilidade plena de afirmação das vidas negras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Ed. Letramento. Justificando, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. Estado, direito e análise materialista do racismo. *In*: Kashiura, Celso N. Junior (Org). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras expressões, 2015.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *In*: **Revista EM PAUTA** - n. 34, Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. *In*: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.
- CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. *In*: HOLLANDA, H. B. de. Org. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos A. (org). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória 3**. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FRANCO, Marielle. **A redução da favela em três letras**: uma análise da política pública do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2014.
- GELEDES. Madureira pede o fim do extermínio da juventude negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/madureira-pede-o-fim-do-extermínio-da-juventude-negra/>. Acesso em 10 jun. 2023.
- GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzales em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRÁFICO 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 7 de jun. 2022.
- JULIANO, Dayana Christina R. de S. **Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida**: do luto à luta! Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

- LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de. Org. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- MALDONADO - Torres, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- MAREONLINE. **Protagonismo feminino na luta pelo direito à segurança pública na Maré**. Disponível em: <https://mareonline.com.br/protagonismo-feminino-na-luta-pelo-direito-a-seguranca-publica-na-mare>. Acesso em: 8 de jun. 2023.
- MARTINS, Gizele. **Auto de resistência: a omissão que mata**. 1ª ed. Rio de Janeiro: A.M. Desginer, 2019. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Auto_de_resist%C3%Aancia:_a_omiss%C3%A3o_que_mata. Acesso em: 10 de jun. 2023
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. n-1 edições, 2019.
- MBEMBE. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 1994.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAIMUNDO, Valdenice. A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. *In*: **Revista Temporalis**, nº 27. Brasília, 2014.
- SILVA, Carolina Rocha (Org.). **Negras histórias: mulheres em luta pela arte e pela vida**. Rio de Janeiro: Criola, 2016.
- TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores civilizatórios afrobrasileiros na Educação infantil**. São Paulo: CEERT, 2009.